

A SÉ GÓTICA DE SILVES

OS DIFERENTES MOMENTOS CONSTRUTIVOS

JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA
Instituto de História da Arte, FCSH/UNL

JOANA RAMÔA
Instituto de História da Arte, FCSH/UNL
Bolsa de Doutoramento da FCT (SFRH/BD/40252/2007)

O conhecimento dos diferentes momentos construtivos da Sé de Silves, desde a sua fundação até às últimas intervenções do período gótico, continua envolto em grandes dúvidas e hesitações, ocasionadas, fundamentalmente, pela inexistência de qualquer documentação escrita que se lhe refira explicitamente. Um exemplo concreto e muito recente destas dificuldades é o número 23 da Revista *Monumentos*, publicado em 2005: inteiramente dedicado à cidade de Silves, com contribuições de diverso teor que realçam novidades em várias áreas científicas – da arqueologia ao urbanismo, passando pelo estudo atento das inscrições funerárias da Sé, da sua talha dourada e dos trabalhos da manutenção, conservação e restauro do edifício –, o artigo dedicado aos problemas arquitectónicos da Sé de Silves limitou-se à transcrição de uma passagem da obra bem conhecida de Mário Tavares Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal* (Chicó 1954, 171-180), em que a Sé de Silves vem referenciada. Mesmo que esta opção tenha sido justificada – e muito justamente, convém afirmá-lo – como uma homenagem a este importante historiador da arte português, pela passagem do centenário do seu nascimento, tal não consegue disfarçar, de qualquer modo, a ausência de uma análise inovadora e mais recente sobre a Sé de Silves. Aliás, o próprio Mário Tavares Chicó, no texto assinalado, também só valoriza o momento construtivo do século xv, integrando-o no contexto da arte desse período que reflecte, segundo palavras suas, «a arte requintada de Mestre Huguet» no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha. Se é verdade que esta fase quatrocentista é a de maior evidência e, de certo modo, aquela que melhor representa a própria imagem desta sé algarvia, não deixa de ser uma forma de omissão a grande discrição de Mário Tavares Chicó relativa à fundação e à fase inicial deste edifício. Justifica-se, por isso, o avançar de algumas reflexões que, sob a forma de propostas de entendimento ou como meras hipóteses de discussão, pretendem apenas contribuir para aprofundar o conhecimento dos diversos momentos da construção desta igreja algarvia. Tal será feito, de forma cuidadosa, quer sob o ponto de vista

¹ Esta dependência de Sevilha foi alterada, com alguma celeridade, em 1393, quando a diocese de Silves passou a ficar sufragânea de Lisboa. Em 1540, houve nova alteração, tendo passado nesta altura a ficar dependente da diocese de Évora.

da inserção na realidade histórica da conquista do Algarve e da elevação de Silves a sede de bispado desse novo território, quer sob o ponto de vista formal e estético (o da linguagem específica da História da Arte).

*

A tomada da cidade de Silves aos mouros em 1248 e, logo de seguida, a conquista definitiva de todo o Algarve em 1249, são, desde logo, duas balizas cronológicas fundamentais para a definição da nossa problemática. Com efeito, a importância política, económica e social da cidade moura, localizada sensivelmente ao centro de todo o novo território recém-incorporado na coroa portuguesa, fazia dela herdeira natural, agora sob domínio cristão, de toda essa importância estratégica. É perfeitamente compreensível, por consequência, a sua escolha para sede de um bispado que, sob o ponto de vista religioso, centralizasse a organização de todo o Algarve, na continuidade, aliás, do que sucedera aquando da primeira conquista da cidade pelo rei D. Sancho I, em 1189. Nessa altura, o monarca português nomeara, como bispo, D. Nicolau (1189-1191), um clérigo flamengo.

A prova da manutenção dessa importância estratégica revela-se no conflito mantido pelo rei D. Afonso III de Portugal com o rei Afonso X de Castela, que se antecipou ao monarca português ao nomear, em 1253, um bispo dominicano para Silves, chamado D. Roberto (1253-1256), ficando a nova diocese assim criada sufragânea de Sevilha¹. O protesto de D. Afonso III obrigou a que, antes de se tratar da respectiva administração eclesiástica, se procedesse à resolução da questão do direito de posse sobre o Algarve, tendo este ficado em 1263 pertença definitiva do rei de Portugal, por acordo então firmado (Magalhães 2000).



Silves - vista do Castelo e da Sé.
© Foto José Custódio Vieira da Silva

Antes dessa data, e dado o alcance do conflito diplomático entre os reis de Portugal e de Castela, não é muito provável que se tenham iniciado quaisquer obras destinadas à ereção do templo destinado a sede episcopal. O mais provável é ter-se usado, para o desempenho dessas funções, a mesquita principal da cidade moura, adaptada ao novo culto, logo após a sua conquista. Tal *procedimento* fora já adoptado aquando da tomada de Lisboa, em 1147, conforme o relato preciso do cruzado inglês que presenciou os factos: «Tomada a cidade após dezassete semanas de cerco (...) Foi nomeado para bispo de Lisboa um dos nossos, Gilberto de Hastings, dando o seu consentimento o rei, o arcebispo, os bispos, os clérigos e todos os leigos. No dia em que se celebra a festa de Todos-os-Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e do da sua Santíssima Mãe, foi purificado o templo pelo arcebispo e quatro bispos e instala-se aí a sede do bispado» (Alves 1989, 78-79)².

Esta atitude, que deveria ser prática recorrente, representava um dos corolários fundamentais da conquista cristã peninsular, já que, com a *purificação* da principal mesquita muçulmana, se assinalava também a vitória religiosa e se testemunhava, com essa sacralização, a posse definitiva da cidade e do respectivo território. Tratava-se, afinal, de uma atitude que tinha tanto de pragmático quanto de simbólico.

Esta hipótese, que se nos afigura muito verosímil para o caso de Silves, atendendo inclusivamente a uma tradição que aponta para uma atitude idêntica aquando da primeira conquista da cidade, em 1189³, encontra igualmente algum suporte naquilo que o trabalho recente dos arqueólogos tem vindo a clarificar e com o qual terão resolvido algumas das polémicas que se vinham mantendo sobre a implantação quer da Sé de Lisboa quer da Sé de Silves. Em ambos os casos, defendia alguma historiografia que estes edifícios cristãos haviam sido erguidos sobre as mesquitas principais das respectivas cidades muçulmanas aquando da sua conquista, fazendo-as desaparecer por completo. Tal situação, de acordo com os referidos trabalhos arqueológicos, não se verifica nem num caso nem noutro. Concretamente em relação a Silves, Rosa Varela Gomes afirma com toda a clareza que «a estrutura urbana islâmica foi alterada, com a instalação da Sé e da necrópole, no centro da cidade, a partir da segunda metade do século XIII, destruindo bairro ali existente» (Gomes 2005, 28).

Esta demonstração arqueológica ajusta-se perfeitamente à data da resolução definitiva do conflito sobre a posse do Algarve entre os reis de Portugal e de Castela, ocorrida, como se disse, em 1263. Com efeito, somente a partir deste ano se terão reunido, segundo cremos, as condições necessárias para se pensar no levantamento de um edifício adequado à sede episcopal da região mais a sul do país (Magalhães 2000)⁴.

Esta hipótese parece confirmar-se com a descoberta de uma lápide funerária com o nome de Domingos Joanes, dado como mestre da Sé de Silves em 1279 (Ramos 1996, 82)⁵, e com um privilégio concedido por D. Dinis ao bispo de Silves em 1320 para que gastasse mil libras nas obras da sua igreja⁶ – um e outro documento apondo para obras a decorrer entre os fins do século XIII e os inícios do século XIV, em coerência com todos os argumentos até agora aduzidos.

² A situação inversa é igualmente verdadeira, ou seja, também os conquistadores islâmicos aproveitavam as igrejas cristãs para nelas instalarem as suas mesquitas. É o que, muito recentemente, sondagens arqueológicas realizadas na igreja matriz de Mértola – o único espaço de uma anterior mesquita islâmica conservado em Portugal – revelaram, encontrando-se vestígios arqueológicos que permitiram concluir estar a antiga mesquita assente sobre um monumental embasamento de uma igreja do período paleo-cristão datado dos séculos VI a VIII (Jornal Público, 16 de Janeiro de 2008, Secção «Local», p. 24).

³ Esta tradição vem referida no artigo introdutório sobre a Sé de Silves constante do Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Sé Catedral de Silves 1955)

⁴ Joaquim Romero de Magalhães indica o final do século XIV para início da construção da Sé de Silves: «Iniciada possivelmente em finais do século XIV, foi reconstruída por volta de 1458» (Magalhães 2000). Pensamos que esta indicação cronológica é muito ambígua, parecendo afirmar que toda a igreja é de 1458, quando há elementos mais primitivos desta sé algarvia que apontam decididamente para uma construção dos fins do século XIII, inícios do século XIV. Aliás, a opinião deste autor sobre a Sé de Silves é bastante descontextualizada, quando afirma, em continuação, que «mostra uma notável unidade estilística, um tanto arcaica, com um peso e uma rusticidade românicas que as ogivas góticas não disfarçam nem aligeiram».

⁵ Esta lápide, reproduzida em gesso no Museu de Lagos, foi encontrada quando se procedia à demolição da antiga sacristia, de acordo com a notícia do Boletim da Direcção Geral dos Edifícios Nacionais, 80, ob. cit. p. 23.

⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 3, fl. 132v. (citado em Ramos 1996). Antes de D. Dinis, também seu pai, o rei D. Afonso III, deixara, por testamento de 1271, um legado de mil libras à Sé de Silves, assim como às demais catedrais do reino.



Silves – Sé vista da cabeceira.
© Foto José Custódio Vieira da Silva

*

⁷ Um dos casos mais notórios do abandono das alcáçovas é o de Santarém, onde «os paços da alcáçova moura foram, em tempo de D. Afonso III, substituídos por novos paços chamados, em contraste com os antigos, da Alcáçova Nova. Esta mudança, sinal do desajustamento que o núcleo mais primitivo da alcáçova apresentava perante a consolidação e o avanço da Reconquista, tem uma curiosa correspondência no abandono idêntico que a nobreza fez das casas de morada que aí também possuía. (...) Em 1341 já a alcáçova velha estava despovoada desses nobres, atendendo a uma carta de D. Afonso IV que, precisamente por essa razão, concedia privilégios aos moradores que aí se quisessem fixar, a fim de evitar o despovoamento completo.» (Silva 1995, 86-87).

O local escolhido para a implantação da Sé de Silves, a meio da colina, voltada ao sul, que desce para o rio Arade e ocupando o centro da povoação, manifesta uma das evidências mais consistentes do mundo gótico.

Na verdade, a catedral, sede do poder religioso, eleva-se fora das muralhas da alcáçova, a sede do poder civil, subtraindo-se, desta forma, aos poderes administrativo e militar do alcaide do castelo. Dispondo-se no meio das casas do burgo, a imagem da sé concorre visual e simbolicamente com o amuralhado poderoso da alcáçova, jogando-se entre ambas uma competição subtil de domínio. Ocupando, de acordo com os testemunhos arqueológicos, um bairro pré-existente, que arrasou para sobre ele se implantar, a Sé de Silves impõe-se, também pelas suas dimensões, definitivamente à cidade, estruturando um novo centro urbanístico, tanto físico quanto simbólico.

*

Nesses tempos medievais, a definição dos rumos do futuro pendeu, sem sombra de dúvidas, para a sede episcopal, cuja vida quase sempre correu em paralelo e de forma continuada com a vida da própria cidade. Enquanto a alcáçova teve tendência a estiolar – porque os muros, que faziam a sua força, se transformaram, ao impedir o crescimento urbano, na sua própria fraqueza⁷ –, a catedral abriu-se ao burgo, estimulou o seu crescimento, impôs-lhe mesmo, por vezes, definições urbanísticas com alguma planificação, recebeu reuniões de vereadores camarários, transformou-se em palco de cerimônias festivas de grande aparato, tanto religiosas como civis, acolheu, em cemitério, na sua vizinhança e no seu próprio interior, os corpos dos cristãos que a ela se confiaram na crença da ressurreição.

No que diz respeito à Sé de Silves, a sua localização no espaço urbano repete, de forma sintomática, implantação idêntica das Sés românicas de Lisboa e de Coimbra – também elas fora do circuito defensivo das muralhas da alcáçova, também elas a meio das encostas viradas aos rios Tejo e Mondego, respectivamente, também elas disputando, com a imposição da sua arquitectura monumental, uma das referências urbanísticas por excelência da cidade.

Noutros dois casos portugueses bem conhecidos, em que o senhorio das cidades era pertença dos respectivos bispos – Braga e Porto –, as soluções adoptadas para a localização das respectivas sedes episcopais, sendo radicalmente diferentes das de Lisboa, Coimbra e Silves, concorrem, porém, no essencial, para a dinâmica urbana que a sua construção originou. Em termos de afirmação de poder, pode mesmo dizer-se que as duas catedrais, de Braga e do Porto, o assumem até às últimas consequências, uma vez que, dada a inexistência de qualquer castelo ou alcáçova no seu recinto, não possuem qualquer rival.

O caso de Braga é o mais complexo e original, uma vez que a cidade medievá, ao deslocalizar-se da cidade romana pré-existente para uma área mais plana, se organizou em torno da sua Sé, que passou a ser verdadeiramente um *axis mundi*, o centro físico e simbólico de toda a urbe. Só tardiamente a cidade foi detentora de um castelo que, mesmo assim, não logrou nunca impor-se à catedral.

No caso da cidade do Porto, a localização da Sé, ao cimo da imponente acrópole rochosa que domina o rio Douro, sublinha a sua força e proclama, simbolicamente, o poder religioso e civil do bispo a quem a cidade pertencia. É uma afirmação plena de retórica, sem paralelo em qualquer outra cidade medieval portuguesa, até porque, ao contrário da cidade de Braga, nunca existiu um castelo ou qualquer outra semelhante afirmação do poder civil e militar no Porto.

As catedrais de que vimos falando – Braga, Lisboa, Coimbra, Porto – constituem a primeira vaga de sés medievais construídas em Portugal, com isso denunciando, quer as prioridades decorrentes do processo da tomada do território aos mouros, quer a importância política e económica que essas cidades ganhavam (ou mantinham) na vida emergente do novo estado. Coincidentemente, são edifícios em que as formas românicas modelam o essencial da sua imagem, atingindo mesmo, sobretudo nas Sés de Lisboa e de Coimbra, momentos altos de afirmação artística no contexto da própria arte peninsular.

A catedral de Silves, em conjunto com as de Évora, Viseu, Lamego, inscreve-se numa segunda vaga de construção de sés. Se nestas duas últimas (hoje com o discurso arquitectónico inicial bastante alterado) terão ainda prevalecido soluções românicas, a Sé de Évora adopta, mesmo que de forma ainda tímida (porque pioneira), algumas propostas da arquitectura gótica, que aqui inicia o seu discurso estético. O mesmo sucede em relação à Sé de Silves; pensamos, aliás, que as opções iniciais desta sé algarvia seguiriam de perto, embora em escala mais reduzida, as que na cidade de Évora começavam a modelar a sua catedral.

Com efeito, a cabeceira primitiva da Sé de Évora, iniciada pelo bispo D. Durando Pais, que governou a diocese entre 1267 e 1283, foi sagrada em 1308, sendo bispo

⁸ É interessante verificar que nos chegaram, quer do bispo D. Durando Pais, quer do bispo D. Fernando Martins, as estátuas jacentes dos respectivos monumentos funerários, incluídas num conjunto de quatro jacentes que só encontra paralelo em igual número de prelados que, sensivelmente pela mesma altura, se fizeram representar na Sé de Coimbra. Se a escultura de D. Durando Pais revela algum arcaísmo e dificuldade na modelação, já a de D. Fernando Martins mostra uma qualidade estética notável, que denota a evolução segura sofrida pela escultura em Évora, no espaço de cerca de 30 anos. Veja-se, a este propósito, a análise de Silva e Ramôa 2009, 95-120.

⁹ No reinado de D. João V, esta cabeceira gótica foi substituída por uma outra barroca.

titular da cátedra eborense D. Fernando Martins (1297-1313/1314) (Jorge 2000)⁸. De acordo com a reconstituição dessa cabeceira primitiva realizada por Virgolino Jorge, as duas capelas mais exteriores, do conjunto de cinco capelas escalonadas que constituíam a cabeceira da catedral, organizavam-se em planta quadrangular (Dias 1994, 65 e 67)⁹.

Convirá dizer, aliás, que esta era também a proposta mais seguida num conjunto de igrejas conventuais e monásticas construídas exactamente por esta altura: em Santarém, nas igrejas de S. Francisco (inspirada na já desaparecida igreja de S. Domingos, na mesma cidade) e de Santa Clara, ambas com os quatro absidiolos de planta quadrangular; em Elvas, na igreja de S. Domingos, com a planta quadrangular a marcar apenas as duas capelas mais exteriores, com o conjunto da cabeceira a apresentar um desenho plenamente igual ao da Sé de Évora; em Almoester, na igreja do mosteiro de Santa Maria de monjas bernardas, fundado em 1289 mas com as obras a arrastarem-se para dentro do século XIV, com as três capelas da cabeceira – abside e absidiolos – todas de planta rectangular (Teixeira 1992); finalmente, em Coimbra, na igreja do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, fundado em 1286 mas com as obras do templo a iniciarem-se apenas na segunda década do século XIV, por intervenção directa da rainha Santa Isabel, com os dois absidiolos da cabeceira com planta rectangular no exterior e poligonais no interior (Macedo 2006).

*

A cabeceira da Sé de Silves ajusta-se, no desenho da sua planta e na organização dos seus volumes, a esta tipologia que, de acordo com a breve resenha acima efectuada, vigorou, de forma consistente, num conjunto de igrejas, de diferentes ordens religiosas, construídas pela mesma época, ou seja, pelos finais do século XIII e inícios do século XIV – coincidindo, *grosso modo*, com o reinado de D. Dinis.

De facto, a cabeceira desta igreja algarvia é constituída por duas capelas laterais de planta rectangular, de dois tramos e muros espessos, e por uma capela axial, mais larga e profunda, com um tramo recto e três panos oblíquos. A par desta organização planimétrica, alguns capitéis das zonas mais baixas (aqueles que ornaram os arcos de passagem entre a capela-mor e os absidiolos) indiciam também, nos elementos vegetalistas estilizados, as décadas iniciais do século XIV, como bem evidencia Manuel Francisco Castelo Ramos (Ramos 1996, 82). Desta forma, tudo concorre para que, com alguma certeza, se possa falar num início da construção da Sé de Silves, naturalmente pela cabeceira, pelos fins do século XIII e inícios do século XIV.

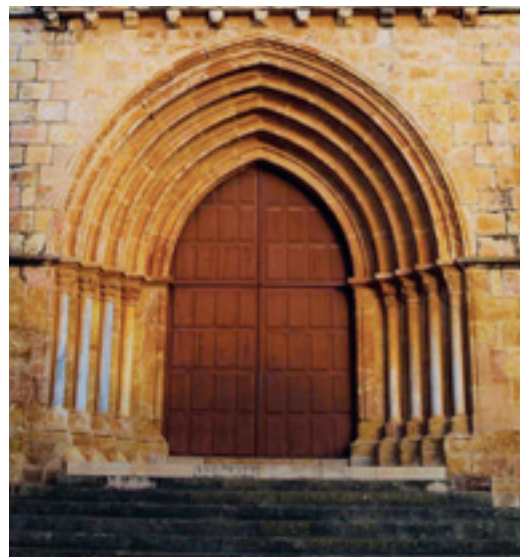
O lançamento das abóbadas das três capelas levanta outro tipo de problemas, quer por serem desiguais entre si, quer por indicarem cronologias mais avançadas em relação à definição planimétrica das capelas já referidas.

A capela lateral direita, a do Santíssimo, é coberta com uma abóbada em berço quebrado, com um arco toral robusto e uma única nervura longitudinal – a cadeia. Dispõe ainda de uma chave decorada com o brasão régio ornado com a flor de lis, elemento exógeno, em termos de heráldica, introduzido por D. João I nas referi-



Silves – Sé vista da cabeceira.

© Foto José Custódio Vieira da Silva



Silves – Sé portal principal.

© Foto José Custódio Vieira da Silva

das armas reais e só retirado no reinado de D. João II. A capela do lado esquerdo, cobre-se com uma abóbada de ogivas, unida também por uma cadeia central, tendo três chaves ornadas, uma com o brasão régio, outra com elementos vegetalistas e a terceira com a heráldica, provavelmente, do bispo D. Rodrigo Dias do Rego (Ramos 1996, 83)¹⁰.

A capela axial, mais larga e elevada do que as laterais, é coberta por uma abóbada de nervuras definindo um tramo rectangular e um tramo poligonal, com uma cadeia longitudinal a uni-los. As nervuras do tramo rectangular apoiam-se em mísulas, sendo as do meio troncocónicas. Este perfil lembra mísulas semelhantes – de igual formato troncocónico ou prismático – utilizadas, entre outros edifícios, no transepto da igreja de S. Francisco de Évora, definindo obras que apontam para o reinado de D. Afonso V¹¹. Aliás, a presença do brasão régio flordelisado na primeira chave da abóbada da capela-mor da Sé de Silves, semelhante aos das respectivas capelas laterais, mais acentua a probabilidade de as abóbadas que cobrem quer a capela principal quer a capela lateral esquerda terem sido lançadas durante o reinado do já referido rei D. Afonso V. Para isso aponta, de forma definitiva, a colocação de delicados caireis a ornar os arcos de entrada nas três capelas, ornamento que surge pela primeira vez em Portugal na capela-mor da igreja do Mosteiro da Batalha, pela mão do seu segundo arquitecto, mestre Huguet.

As razões para esta intervenção quatrocentista na cabeceira da Sé de Silves são, normalmente, justificadas pelo abalo telúrico que assolou, em 1352 ou 1353, toda a cidade, tendo arruinado, segundo testemunhos, grande parte dela. A catedral não teria escapado às consequências desse fenómeno, como parece fazer crer a carta régia de 28 de Março de 1443, pela qual eram doados ao bispo os resíduos do reino do Algarve, durante dez anos, para serem aplicados nas obras da sé, ou a

¹⁰ Este bispo deve corresponder a D. Rodrigo Dias ou Diogo (1441-?), de acordo com a lista referenciada em Oliveira 1994, 296 e confirmada em Jorge 2000.

¹¹ Também no claustro afonsino do Mosteiro da Batalha, na capela de Maria de Resende em Alcácer do Sal, na capela de Fernando do Casal, na matriz de Alhos Vedros, nas quadras primitivas do claustro do Mosteiro da Conceição de Beja, o uso desta tipologia de mísulas prismáticas ou troncocónicas permite agrupá-las numa certa tendência de simplificação arquitectónica, detectável no reinado do rei D. Afonso V. Veja-se, a este propósito, Silva 1989, 92.

¹² Sé Catedral de Silves 1995, 24.

¹³ Esta é também a opinião de Pedro Dias, quando afirma que a Sé de Silves «deve ter sido projectada com desusada grandeza e que o seu mestre pensava dotar o corpo de um abobadamento, à maneira da Batalha. Se assim não fosse, não se justificava a edificação de tão fortes e complexos pilares no transepto» (Dias 1994, 175).

¹⁴ Não concordamos, neste aspecto, com a opinião de Manuel Francisco Castelo Ramos, que data do reinado de D. Afonso V a intervenção no corpo da Sé de Silves (Ramos 1996, 83-84).

isenção, obtida em 1458, de os pedreiros e carpinteiros servirem nas armadas para andarem nas obras da igreja catedral, necessitada de reedificação¹². Seja por estas ou por quaisquer outras razões, a verdade é que a cobertura das três capelas da cabeceira mostra momentos construtivos bem diferenciados – quer seja a abóbada de berço quebrado da capela direita, presumivelmente das primeiras décadas do século XIV (e portanto a única conservada da fábrica inicial da sé), quer sejam as abóbadas da capela esquerda e da capela axial, estas já declaradamente da primeira metade ou de meados do século XV.

O transepto da Sé de Silves, bem pronunciado, promove, de forma superlativa, a planta em cruz latina desta igreja. A espessura considerável dos pilares polistilos que definem a zona do cruzeiro, parece atestar uma vontade inicial de erguer não só uma estrutura mais complexa em toda esta zona – uma torre-lanterna? – mas também, eventualmente, de proceder ao abobadamento integral do corpo de três naves da igreja¹³. A solução adoptada ou, pelo menos, a que hoje se conserva, é uma abóbada de berço quebrado, de sabor nitidamente arcaizante, a cobrir os dois braços do transepto, recorrendo ao lançamento de uma cruzaria de ogivas apenas no cruzeiro – soluções muito próximas das que, por meados do século XIV, se haviam utilizado nas igrejas alentejanas da Flor da Rosa, no Crato, e da Boa Nova, em Terena.

Se em termos volumétricos e até no recorte das aberturas (uma fresta na parede norte, uma ampla janela de dois lumes na parede sul), o transepto da Sé de Silves denuncia alguma simplicidade – numa solução que, segundo nós, evoca, mais do que o transepto da igreja do Mosteiro da Batalha, como afirma Mário Chicó, o transepto da Igreja da Graça de Santarém, erguido nas primeiras décadas do século XV –, em termos de cobertura o espaço transeptal da sé algarvia, ao optar pelo abobadamento, prossegue um projecto de maior envergadura, como, aliás, seria de todo conveniente a uma sede episcopal.

De qualquer modo, a monumentalidade que, apesar de tudo, o transepto manifesta, não teve sequência, sob nenhuma forma, no corpo de três naves da igreja: reduzido a quatro tramos, em lugar dos cinco mais comuns na arquitectura gótica portuguesa, eventualmente por razões topográficas ou económicas, o corpo, assim mais restrito, da Sé de Silves cobre-se com tecto de madeira, numa fórmula habitual da arquitectura medieval portuguesa.

As três naves, sendo a central cega, são separadas por arcos quebrados simples, sem qualquer moldura ou ornato a sublinhar o seu recorte. Apoiam-se em forte pilares oitavados, cujas bases e capitéis, com um recorte absolutamente idêntico, assumem a ausência de qualquer elemento decorativo, acentuando um rigor e uma simplicidade desarmante que contrasta, apesar de tudo, com a maior monumentalidade do transepto e da cabeceira.

Pensamos, a exemplo do que adianta também Pedro Dias (Dias 1994, 174), que toda a estrutura arquitectónica das três naves da Sé de Silves se deve a uma intervenção do reinado de D. Manuel I¹⁴. Motivada por qualquer calamidade natural que houvesse derruído a estrutura pré-existente ou justificada por qualquer outra razão, a verdade

é que as formas dos arcos de comunicação e dos respectivos pilares são característicos da fase inicial do reinado de D. Manuel I, concorrendo inclusivamente com uma notícia que afirma ter o rei D. Manuel I «reedificado a Sé com obras novas»¹⁵. A tipologia de pilares oitavados muito simples terá sido experimentada pela primeira vez na igreja matriz de Soure, em 1490, quando D. Manuel I era ainda Duque de Viseu. Esta proposta, pela sua simplicidade estrutural, teve depois réplicas, de maior ou menor riqueza decorativa, em várias zonas do país. Citem-se, a título de exemplo, as colunas oitavadas das igrejas alentejanas de Viana do Alentejo e Alvito, ornadas a meio, sensivelmente, dos respectivos fustes, com molduras vegetalistas ou zoomórficas de belo efeito decorativo ou a coroa que decora, também a meio dos respectivos fustes, idêntico tipo de pilares oitavados da igreja matriz de Azurara, frente a Vila do Conde. Como exemplos de colunas oitavadas simples, despojadas de qualquer tipo de decoração como as da Sé de Silves, apontam-se apenas os casos das igrejas matrizes de Pavia e do Torrão (Silva 1989).

A fachada principal encontra-se muito alterada, sobretudo na parte superior, por efeitos do grande terramoto de 1755. Deste modo, e para respeitarmos a cronologia gótica que tem presidido a estas nossas reflexões, interessa-nos analisar, ainda que com brevidade, o portal principal. Desenha um largo vão em arco quebrado, sem tímpano, inscrevendo-se num corpo quadrangular saliente, que contribui para dar profundidade e monumentalidade ao portal¹⁶. Quatro arquivoltas, de molduras toreadas simples, assentam em quatro colunelos de mármore que contrastam, com os seus tons claros, com a bela e original cor avermelhada do grés de Silves.

Os capitéis, apesar da deterioração que se apoderou de vários deles, permitem visio-nar um tipo de decoração vegetalista de grande rigor naturalista e com cabecinhas entre folhagem, que descende directamente, segundo pensamos, do trabalho de Afonso Domingues no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, particularmente da porta inscrita no braço sul do transepto (de que repete também os socos duplos onde assentam os colunelos), e passa, entre outros, pelo Mosteiro do Carmo de Lisboa e também pelo portal da igreja do Mosteiro da Conceição de Beja.

O elemento talvez mais original deste pórtico algarvio será o friso decorado com elementos vegetalistas e antropomórficos que acompanha o desenho da arquivolta mais exterior. Trata-se, na opinião de Manuel Francisco Castelo Ramos, do primeiro exemplo algarvio em que se verifica uma integração daqueles elementos naturalistas num conjunto decorativo (Ramos 1996, 87), expondo-se uma teoria de músicos, guerreiros, donzelas e religiosos, entre vegetação farta e de forte personalidade. Uma questão de pormenor que anima, no entanto, o formulário mais frio das molduras arquitectónicas que definem as arquivoltas do portal.

*

As muitas dúvidas e interrogações sobre a Sé de Silves não ficaram, certamente, resolvidas. Muito trabalho de investigação terá de continuar a ser feito – ao nível

¹⁵ Lopes 1848, p. 292. Cit. in Ramos 1996, 87, nota 11 e Dias 1994, 174.

¹⁶ Esta solução, usada com alguma frequência ao longo do século XIV, é retomada no século XV na igreja de Santiago de Palmela, cujo portal, apesar de mais evolucionado, apresenta algumas semelhanças com o da Sé de Silves. O próprio óculo que se abre por cima da porta da igreja de Palmela é muito semelhante ao da Sé de Silves. Veja-se, a este propósito, Silva 1977, 65-66.

¹⁷ «Silves constitui uma das cidades algarvias com mais carácter e dimensão estética. A sua implantação em colina isolada, no período islâmico, as sucessivas muralhas no grês avermelhado da região, bem como a imagem do perfil arquitectónico, desenhado pelo castelo e pela impressionante Sé, contribuem, no seu conjunto, para lhe dar uma expressão inconfundível e bela». José Manuel Fernandes. «Silves na transição dos séculos XIX-XX. Aspectos urbano-arquitectónicos». *Monumentos* 2005, 38.

arqueológico, arquivístico, arquitectónico e histórico-artístico – para, com persistência e alguma felicidade, se lograr resolver problemas que, hoje, continuam de difícil solução.

Desejamos, apesar de tudo, ter contribuído, com estas reflexões, para um aprofundar do conhecimento deste original edifício algarvio. De algum modo, as suas cicatrizes, as suas colagens e recomposições, as suas diferentes modulações arquitectónicas, fazem dele arqueologia viva e testemunho presencial dos diferentes tempos e das sucessivas gerações que por ele passaram e à sua sombra ou no seu interior sagrado alguma vez se acolheram.

Ainda hoje a mancha arquitectónica da catedral marca de forma impressionante o território da cidade de que um dia foi verdadeiramente Sé, contribuindo para dar definitivamente a Silves «uma expressão inconfundível e bela»¹⁷. ●

Bibliografia

ALVES, José da Felicidade (Apresentação e notas de). 1989. *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um cruzado inglês*. Lisboa: Livros Horizonte.

CHICÓ, Mário. 1954. *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Editorial Sul.

DIAS, Pedro. 1994. *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.

GOMES, Rosa Varela. 2005. «Da Silves Islâmica à Silves da Expansão: a evidência arqueológica». *Monumentos* 23.

JORGE, Ana Maria C. C. (coord.). 2000. «Episcopologio». *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

LOPES, João Baptista da Silva. 1848. *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*.

FRANCISCO Pato de Macedo. 2006. *Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História da Arte (polic.).

MAGALHÃES, Joaquim Romero de. 2000. «Algarve, Diocese do». *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

Monumentos 23 (2005). Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

OLIVEIRA, P.e Miguel de. 1994. *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

RAMOS, Manuel Francisco Castelo. 1996. «Decoração Arquitectónica Manuelina na região de Silves (séculos XV-XVI)». *Xelb – Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Silves: Câmara Municipal de Silves.

Sé Catedral de Silves. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* 80 (1995).

SILVA, José Custódio Vieira da. 1989. *O Tardo-Gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, José Custódio Vieira da. 1995. *Paços Medievais Portugueses*. 1.^a ed. Lisboa: IPPAR.

SILVA, José Custódio Vieira da. 1997. «A Igreja de Santiago da Espada de Palmela». *O Fascínio do Fim*. Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, José Custódio Vieira da Silva e RAMÔA, Joana. 2009. «Sculpto immagine episcopali. Jacentes episcopais em Portugal (sécs. XIII-XIV)». *Revista de História da Arte* 7: 95-120.

TEIXEIRA, Francisco. 1992. *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Singular Mosteiro Mendicante*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento em História da Arte (polic.)